

Campanha Cega

A notícia do substancial aumento de verba para a Educação em 1986 ajudou certamente a estimular a onda grevista que assola as universidades federais. Táticas de confrontação adotadas mecanicamente, entretanto, acabam por revelar-se contraproducentes.

O meio universitário acostumou-se à greve. Gastou quase todo o ano que transcorre na discussão da “democratização” das universidades. Que o debate tornou-se pouco sério fica evidente por um ou outro artigo ou entrevista de figuras significativas do nosso meio acadêmico.

A Universidade brasileira tinha as suas queixas — e procedentes. A tentação do “jogo de força”, entretanto, faz com que ela vá escorregando para um “sindicalismo universitário” que, sendo a negação do ideal de universidade, faz mais mal do que bem aos que o manipulam.

Outras conclusões foram obtidas recentemente — como a de que não há futuro para a educação brasileira se ela não passar por uma “reforma de base” privilegiando o ensino fundamental. Para essa área é que teria de ser canalizada a maior parte dos recursos agora estendidos ao Ministério.

Essa hierarquização fica prejudicada por uma certa divisão rígida de funções segundo a qual o Governo central cuida das suas universidades, Estados e municípios do ensino médio e fundamen-

tal. O quadro é radicalmente falso na medida em que Estados e municípios perderam em importância e riqueza no processo de centralização de recursos na área federal. Será preciso, assim, encontrar meios de inverter essas prioridades.

Não significa isto que a Universidade deva ficar entregue a si mesma. Suas reivindicações são legítimas. Mas passou a época em que elas podiam ser implementadas à custa do “poder de pressão” que vem da realidade numérica. É a esse poder de pressão que um professor ilustre chamou de “baixo clero” universitário: um movimento que procura compensar com a “unidade” ou com a “combatividade” o que só deveria caber ao talento e à competência.

Os padrões universitários não podem ser os do número e os da militância. O ensino público superior não é um funcionalismo como qualquer outro. Deve estar submetido a algum mecanismo de aferição que dê a cada um de acordo com o seu trabalho e sua competência intelectual. Jogar cegamente dinheiro em universidades deturpadas pela lei da quantidade é tornar ainda mais pesadas as estruturas que se quer reformar. Pode-se lutar por salários; mas a boa luta da universidade é a que vise à recuperação do próprio espírito universitário. Se não há isto, é inútil querer manter escolas com nomes pomposos: basta substituí-las por um armazém de diplomas.